

A108084

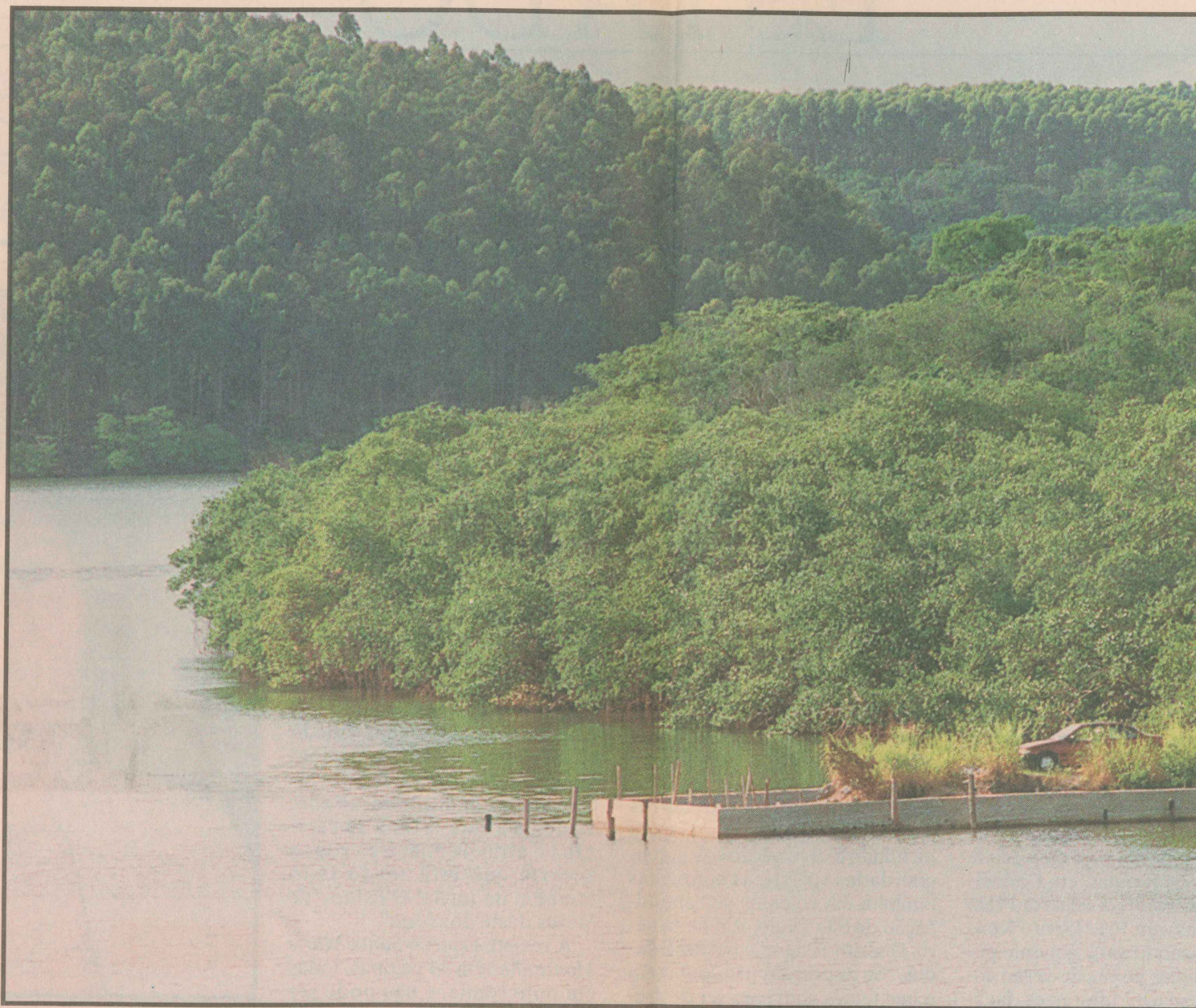
MÁRCIO CASTILHO

Um investimento de R\$ 5 milhões, geração de 120 empregos diretos e 500 na fase final e desenvolvimento econômico do distrito de Santa Cruz, uma belíssima região de manguezal do município de Aracruz. Essas são as promessas da empresa Thotham Mineração, que pretende explorar as jazidas de algas marinhas para extração de sedimentos calcários na plataforma continental do pequeno distrito.

A GAZETA teve acesso à Documentação de Licença Prévia, encaminhada pela empresa à Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), para liberação da atividade de processamento dos sedimentos. No capítulo 6 do documento, a empresa faz o seguinte detalhamento: serão sete funcionários na área administrativa e 26 na área de produção, um quarto do quadro de empregados anunciado em Santa Cruz.

A Thotham está pesquisando o potencial em duas jazidas, de cerca de mil hectares cada, pois obteve a licença do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Caso o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Brasília, conceda a licença de operação, o mineral poderá ser explorado para a produção de fertilizante natural. Dependerá, contudo, da aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), sem a qual a Thotham não poderá exercer qualquer atividade na região.

Em julho do ano passado, a empresa descumpriu a Lei 9.605/98,



Edson Chagas

Interpretação

Os ambientalistas não concordam com a realização de obras dentro dos manguezais, que são considerados como área de preservação permanente. A Thotham disse que mexeu porque foi autorizada pela Prefeitura de Aracruz

Denúncia contra extração mineral em Santa Cruz

■ Duas jazidas de mil hectares cada uma estão sendo pesquisadas pela mineradora Thotham, no estuário do Rio Piraquê-Açu

Racy acha protestos precipitados

O diretor da Thotham, Clovis Bordini Racy, confirmou, em entrevista concedida na sede da mineradora, em Santa Cruz, que a empresa continuará distribuindo cestas básicas como forma de convencimento junto à população. "O assistencialismo vai continuar e, se possível, cada vez mais", disse. Segundo ele, as reações contra o projeto são precipitadas. "Picharam nossa placa. Isso é vandalismo. Quem tem razão não age assim".

A GAZETA - Quais são os cuidados técnicos que a empresa pretende adotar para não causar impacto ambiental na região com a extração dos sedimentos?

- CLÓVIS RACY - Um impacto sempre gera. Mas nossos órgãos ambientais funcionam muito bem. São muito rígidos. Não podemos fazer absolutamente nada sem o licenciamento ambiental. As reações surgiram precipitadamente. Acho que uma reação tem que ser acompanhada de informações corretas. A empresa tem que ser ouvida. Até agora não vimos impactos que venham causar grandes problemas.

- As obras de restauração do píer foram embargadas pelo Ibama. Por que a empresa estava fazendo a reforma sem a licença de operação?

restaurando um píer abandonado, às margens do Rio Piraquê-Açu, onde está prevista a instalação de uma unidade de beneficiamento da Thotham. As obras foram embargadas pelo Ibama regional – auto de infração 090970 – pois a recuperação estava sendo feita “em área de mangue sem a Licença de Operação”, segundo descrição do fiscal Iberê Sassi.

Para conseguir a aceitação da comunidade de Santa Cruz, a empresa precisará também se livrar das acusações contidas numa ação encaminhada à Promotoria de Justiça de Aracruz. As denúncias recaem sobre a doação feita pela Prefeitura de uma área de 50 mil metros quadrados, na localidade de Mamboa, em Santa Cruz, para a Thotham Mineração abrigar a sua unidade de beneficiamento.

O terreno, doado através do Decreto municipal 8.851/99, encontra-se dentro da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, prevista pela Lei Federal 6.938/81 e Resolução 4 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Os

ambientalistas denunciam a inconstitucionalidade do decreto, que traria para o âmbito municipal, segundo eles, o direito de legislar sobre áreas de preservação permanente, asseguradas por legislação federal.

A Lei municipal 994, criando a reserva, proíbe em seu Artigo 2º “a devastação da vegetação, a degradação do meio ambiente físico e as atividades que implicarem em modificação do ecossistema do manguezal”. A unidade de beneficiamento integraria um dos centros industriais que a Prefeitura de Aracruz pretende criar para atrair investimentos.

Os pólos de desenvolvimento já existem no papel: o Decreto 5.979/95 criou os centros industriais de Jacupemba, Guaraná, Vila do Riacho e Santa Cruz. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Aracruz justificou que a doação foi feita pois a cidade não pode abrir mão de um empreendimento desse tipo face à guerra fiscal entre os municípios.

“A Prefeitura entende que o negócio é bom e o fato, novo. Se a área é manguezal ou não quem

decide são os órgãos ambientais”, disse o secretário Moacir Durães.

A criação da empresa mineradora segue uma regra básica do assistencialismo. Nas localidades mais carentes do pequeno distrito, a Thotham distribuiu, às vésperas do Natal, cestas básicas para a comunidade num sorteio promovido em praça pública, que contou com a participação de autoridades locais. Os moradores também ganharam calendários com o nome estilizado da empresa. “Ganhei a cesta. Achei bom. Nunca recebemos nada aqui”, contou a moradora Ana Ribeiro.

Um abaixo-assinado favorável à instalação da Thotham também correu de porta em porta pelas ruas de terra do distrito. “Assinei porque eles prometeram emprego. Mas agora se passar uma lista contra a empresa também vou assinar. Estou achando que eles vão dar trabalho apenas para quem vier de fora”, disse o garçom desempregado Vicente Cabideli.

Na verdade, os moradores do distrito estão no meio de um tiroteio de acusações entre os empresários que defendem o projeto e

os ambientalistas. Nomes de entidades representativas da comunidade estão sendo usadas para combater a atuação da Thotham em Aracruz. É o caso da Colônia de Pescadores Z-7, que teria encaminhado uma denúncia de extração de sedimentos marinhos, feita pelo barco *Obstinance*, à Procuradoria Geral da República.

O presidente da colônia, Juarez Azeredo, negou que tenha encaminhado denúncia à Procuradoria. Segundo ele, a iniciativa partiu dos ambientalistas. “Não fizemos essa denúncia. Temos preocupação com o impacto ambiental, mas por enquanto estamos aguardando uma posição dos órgãos competentes”, afirmou. A colônia Z-7 tem cerca de 800 filiados.

O professor da Universidade de São Paulo (USP), Eurico Cabral de Oliveira Filho, especialista em algas calcárias, afirmou que a discussão em torno da extração de sedimentos, conhecidos também como calcário biogênico marinho ou sedimentos biodetríticos, deve ser feita sem “paixão” e com base em “conhecimentos técnicos”. Ele defende

a extração em Santa Cruz.

“Qualquer atividade humana gera impacto, mas acredito que os benefícios sociais e econômicos dessa atividade sejam maiores que os prejuízos ambientais”, disse.

Segundo Cabral, atividades como o turismo e a pesca podem ser mais predatórias que a extração mineral “se não houver cuidado”. Para o ambientalista Augusto Ruski, responsável por uma Estação de Biologia em Santa Cruz, não haverá benefício social. Segundo ele, o Estado concentra 85% da reserva de sedimentos calcários no país e pode ser comparado a uma “Carajás no mar”, uma referência às riquezas minerais da megajazida situada no Pará.

Esse garimpo no fundo do mar compreende, mais precisamente, o trecho entre Ilhéus, no litoral baiano, e o balneário de Guarapari, segundo a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNIO). Ruski citou um trecho do documento da CNIO para mostrar a importância do estuário. “Os estoques de lagostas e peixes, característicos de fundos duros da região, são sustentados direta e indiretamente por algas marinhas”.

A Thotham não nega a abundância de sedimentos com teor de carbonato superior a 75% em toda a extensão da costa brasileira. O consultor da mineradora, Orlindo Borges Filho, disse porém que não haverá extração de algas. “Defendemos a não utilização dos bancos de algas calcárias, porque elas são a nossa principal matéria-prima. Os sedimentos têm como seu maior constituinte as algas calcárias”, afirmou.

Estudos da mineradora revelam que os estoques de calcário agrícola no país seriam suficientes para suprir a demanda brasileira do produto por 75 séculos. O levantamento da CNIO mostra que o Estado concentra a maior reserva de conchas calcárias no país, com 460,2 milhões de toneladas. O país concentra um total de 547,8 milhões de toneladas do mineral.

De acordo com o consultor da Thotham, a empresa estará pronta para operar seis meses depois da obtenção da licença do Ibama, com uma produção estimada em dez mil toneladas de fertilizante por mês.

– O terreno pertencia à Prefeitura. Então, visando a parte de pesquisa, solicitamos a autorização para reparos no píer. A Prefeitura encaminhou à Secretaria de Meio Ambiente, que autorizou. A empresa julgou que seria o suficiente. O Ibama interpretou de forma diferente e embargou a obra, aplicou uma multa e nós interrompemos. Não foi uma questão de irregularidade, mas de interpretação.

Quais são os benefícios sociais que a Thotham vai levar para Santa Cruz?

– A empresa vai investir R\$ 7 milhões. Esse investimento vai gerar 120 empregos diretos com o primeiro módulo funcionando.

Mas na Documentação de Licença Prévia, encaminhada para a Seama, a Thotham detalha um número de 33 empregos?

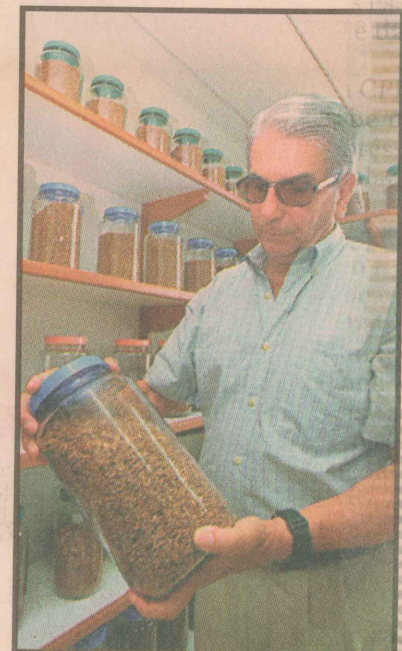
– Estou estranhando esse documento. Nós não enviamos ainda. (pausa) É isso mesmo. São 33 empregos. Essa tabelinha está no nosso Estudo de Impacto Ambiental. Exato. A empresa vai funcionar 24 horas por dia, então vamos acrescentar aí quatro turnos. O turno será de oito horas, mas contando folga, escala de sábado e domingo, serão quatro turnos. Esta aí a divergência.



Edson Chagas

A comunidade de Santa Cruz está dividida sobre as vantagens ou desvantagens da instalação da empresa na região. O investimento será de R\$ 5 milhões

Polêmica



Claudnêy Pessoa

Racy diz que continuará com o assistencialismo